

Finanças é Assunto de Criança?

Uma Proposta de Educação Financeira nos Anos Iniciais

Is Finance a Child Issue?

A Proposal for Financial Education in the Initial Years

Barbara Cristina Mathias dos Santos¹
Adriane Melo de Castro Menezes²
Chang Kuo Rodrigues³

Resumo

O presente artigo surge de trabalhos realizados pelo Grupo Investigações no Ensino de Matemática e Ciências, Programa de Pós-Graduação no Ensino das Ciências na Universidade UNIGRANRIO e tem como objetivo discutir o ensino de Educação Financeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Apesar de muitas pessoas acharem que dinheiro não é assunto para criança, é necessário refletir sobre valores e posturas da vida adulta que têm sua construção iniciada na infância, principalmente na sociedade atual em que o consumo vem se tornando uma das principais preocupações dos órgãos nacionais e internacionais. Este artigo apresenta argumentos que validam a importância da abordagem dos temas relacionados a finanças no âmbito da Educação Matemática nos anos iniciais, de forma a colaborar na formação da consciência cidadã do aluno.

Palavras-chaves: Educação Financeira. Educação Matemática. Ensino Fundamental.

Abstract

The present article emerges from work carried out by the Investigations Group in Mathematics and Sciences Teaching, Postgraduate Program in Science Teaching at UNIGRANRIO University and aims to discuss the teaching of Financial Education in the initial years of Elementary School. Although many people believe that money is not a child's issue, it is necessary to reflect on values and attitudes of adult life that begin in childhood, especially in today's society where consumption has become one of the main concerns of national and international organizations. This article presents arguments that validate the importance of the approach of the subjects related to finance in the scope of Mathematics Education in the initial years, in order to collaborate in the formation of the student's citizen conscience.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências na Educação Básica, UNIGRANRIO, Duque de Caxias, RJ, Brasil. barbara-cms@hotmail.com

² Professora Doutora, Universidade Federal de Roraima, RR, Brasil. drimcmenezes@gmail.com

³ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências na Educação Básica, UNIGRANRIO, Duque de Caxias, RJ, Brasil, changkuockr@gmail.com

Keywords: Financial Education. Mathematics Education. Elementary School.

1 Introdução

A Educação Financeira vem, ao longo dos últimos anos, ganhando mais atenção da sociedade, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Isso deve-se à preocupação com o cenário econômico atual, onde vemos, por exemplo, altas taxas de inadimplência registradas pelos órgãos financeiros, fator representativo de mais um elemento que levou a criação de planos de ação e estratégias pelos governos, em parcerias com outros setores da sociedade, para mudança do perfil do consumidor.

No contexto mundial, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2011, sinalizou para a preocupação com o cenário atual financeiro definindo a Educação Financeira como sendo:

[...] processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos nele envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda, adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consciente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (OCDE, 2011, p. 57-58).

No Brasil, em 2010, nessa mesma vertente, foi instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) por meio Decreto Presidencial nº 7.397 de 2010, como resultado da união do Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O principal objetivo é o de propor um mecanismo que possa subsidiar ações ligadas à promoção da temática, inclusive dentro das escolas. Outra ação implementada no Brasil, veio em 2013, por meio do Decreto 11: Plano Nacional de Consumo e Cidadania (PLANDEC), que tem como objetivos: garantir o atendimento das necessidades dos consumidores; assegurar o respeito à dignidade, saúde e

segurança do consumidor; estimular a melhoria da qualidade de produtos e serviços colocados no mercado de consumo; assegurar a prevenção e a repressão de condutas que violem direitos do consumidor; promover o acesso a padrões de produção e consumo sustentáveis; e promover a transparência e harmonia das relações de consumo.

Dessa forma, entendemos que a Educação Financeira não surge como mais uma novidade para os currículos educacionais, mas como algo necessário para um futuro mais equilibrado. A Educação Matemática recebe, nesse contexto, grande importância para a promoção dos saberes necessários a uma vida financeira saudável.

Muitos valores e bons hábitos são aprendidos na infância, por meio de observação de modelos tanto familiares quanto escolares, e solidificados com a prática na vida adulta. O trabalho com a Matemática, como afirma Smole (2000), deve partir de uma proposta que considere as ideias intuitivas das crianças, sua linguagem própria e suas necessidades, pois “no seu processo de desenvolvimento, a criança vai criando várias relações entre objetos e situações vivenciadas por ela e, [...] estabelece relações cada vez mais complexas que lhe permitirão desenvolver noções matemáticas mais sofisticadas.” (SMOLE, 2000, p.63).

Por esse motivo, acreditamos que os temas ligados à Educação Financeira devem ser introduzidos a partir da Educação Infantil, como, por exemplo, a diferenciação entre valor e preço: um objeto pode ser simples, mas ter um grande valor se está na família há gerações. Em outro exemplo, a criança pode ser levada a refletir sobre coisas que o dinheiro compra e coisas que o dinheiro não compra como a amizade, o respeito, o amor. Apesar de parecerem ponderações óbvias, a criança deve ser chamada à reflexão para que o valor do conceito seja adquirido e praticado já na infância.

Corroborando com essa ideia e contribuindo para a prática, a ENEF, em colaboração com o MEC (Ministério da Educação e Cultura), disponibilizou na plataforma nacional, material de apoio e formação para professores e alunos:

Livro do Professor, Livro do Aluno e Caderno do Aluno. O Livro do Professor apresenta o material da seguinte forma:

O modelo pedagógico foi concebido para oferecer ao aluno informações e orientações que favoreçam a construção de um pensamento financeiro consistente e o desenvolvimento de comportamentos autônomos e saudáveis, para que ele possa, como protagonista de sua história, planejar e fazer acontecer a vida que deseja para si próprio, em conexão com o grupo familiar e social a que pertence. Nesse sentido, o foco do trabalho recai sobre as situações cotidianas da vida do aluno, porque são nelas que se encontram os dilemas financeiros que ele precisará para resolver. (BRASIL, 2011a, p.7).

Desta forma, entende-se que a Educação Financeira constrói-se como ferramenta adequada para fomentar a formação de sujeitos capazes de ajustar seus gastos às suas necessidades, administrando melhor suas finanças e, conseqüentemente, vivenciando um futuro mais estável financeiramente. Apesar da possibilidade de a Educação Financeira ser entendida como tema transversal como Meio Ambiente e Ética, é na Educação Matemática que ela ganha força, por estar ligada a conceitos matemáticos em alguns de seus subtemas. Esta pesquisa surge com o objetivo de sinalizar possíveis práticas e estratégias de abordagem do tema da Educação Financeira por meio da Educação Matemática.

2 Educação Financeira

Muitas práticas que utilizamos na vida adulta foram aprendidas na infância, como não desperdiçar comida, cuidar dos objetos para que tenham uma maior durabilidade, dosar o uso da água para ajudar na economia familiar. Todas essas práticas são defendidas pela Educação Financeira como temas a serem explorados em sala de aula, permitindo, dessa forma, uma formação pautada na conscientização da melhor administração dos bens e dos recursos.

A proposta da Educação Financeira nas salas de aula do ensino Fundamental surge na expectativa de mudar uma realidade de consumo irresponsável por qual passa a sociedade, buscando formar consumidores mais conscientes, capazes de tomar as decisões mais acertadas em relação ao

consumo e à administração dos recursos financeiros, que naturalmente impactará na sustentabilidade.

Na sociedade de consumo em que vivemos, é muito difícil ser um consumidor responsável. De acordo com Bauman (2007, p.28), “num mundo em que uma novidade tentadora corre atrás de outra numa velocidade de tirar o fôlego, [...] a alegria está toda nas compras, enquanto a aquisição em si, [...] apresenta uma alta probabilidade de frustração, dor e remorso”. (BAUMAN, 2007, p.28). As pessoas compram por impulsos, e, em grande parte das vezes, vêm a se arrepender depois.

Outro grande obstáculo a ser enfrentado pelos consumidores é o persuasivo poder de *marketing* das campanhas publicitárias, tendo em vista que uma das estratégias utilizada para alavancar as vendas de mercadorias é o investimento na curta expectativa de vida dos produtos. As mercadorias indesejadas, defeituosas, imperfeitas ou não satisfatórias, são facilmente substituídas por outras. Descartar os objetos que não nos servem mais, é uma das maneiras de superar insatisfações e compras mal planejadas. “A sociedade de consumidores desvaloriza a durabilidade, igualando velho a defasado, impróprio para ser utilizado e destinado à lata de lixo”. (BAUMAN, 2007, p.31). Vemos uma constante alta de desperdício, consumos mal planejados, somente com a intenção de atender desejos momentâneos, sem a preocupação com o destino desses produtos e com o aumento da indústria do lixo.

A sociedade passou por grandes transformações ao longo dos anos: as mulheres passaram a ter mais participação no mercado de trabalho, o poder de compra das famílias cresceu, a oferta de produtos e serviços aumentou e principalmente, o acesso das crianças à mídia está cada vez maior. A maioria dos canais de televisão que são destinados ao público infantil com propagandas de brinquedos e outros bens que se apresentam (no sentido apelativo) como necessário, contribuem para a formação do sujeito compulsivo, não só na televisão como na *internet*, em que vídeos são patrocinados e publicados com sugestão de brincadeiras, que dependem da aquisição de novos bens.

Um dos canais de *internet* que pratica esse tipo de atividade possuía, até agosto de 2016, mais de dois milhões de inscritos, isto porque nem todos que assistem aos vídeos se inscrevem. O canal oferece dezenas de vídeos gravados por adultos manipulando brinquedos, que são vendidos nas principais lojas do ramo. Não se pretende, no entanto, questionar tal prática, mas sim a importância de apresentar à criança valores éticos e conceitos sobre o que é fundamental, supérfluo, necessidade ou desejo, para que ela enfrente as situações que lhe serão apresentadas já na infância. Se a criança crescer com a sensação de que pode ter tudo que deseja, será, possivelmente, na vida adulta, um sujeito com dificuldades de administrar suas finanças.

O consumo não pode ser encarado como algo banal, rotineiro, sem planejamento e sem consequências, nem pode ser associado puramente à satisfação de nossas necessidades, ao prazer e a recompensas. Pelo contrário, deve ser responsável, planejado, estratégico, razoável, prudente. Passar tais conceitos para as crianças, pressupõe adultos, pais e professores, preparados e conscientes em administrar suas finanças.

Essas dificuldades podem ser trabalhadas desde cedo por meio de conversas sobre as reais necessidades das crianças no tocante às publicidades (apelativas) a que são expostas. Aprender a fazer escolhas certas também se faz em conjunto: estabelecer objetivos, regras e planos permitirá à criança vivenciar uma habilidade que se consolidará para e na prática.

Sobre esse assunto, Niskier (2012) alerta-nos sobre a necessidade de preparar as pessoas envolvendo-as inclusive no que diz respeito aos princípios éticos, financeiros, cidadãos e sustentáveis. Corroborando com o autor, Ferreira (2013, p.37) afirma que tanto pais quanto professores deverão desenvolver estratégias que favoreçam as crianças a “hierarquizar opções de consumo, e que sejam capazes de fazer análises racionais em detrimento de impulsos”. Ferreira (2013) ainda completa que as cenas de birra frequentes e chantagem emocional são um recurso utilizado pela criança, a fim de testar as regras ou limites que foram impostas. O mesmo autor alerta para o fato de que pais e filhos devem

aprender a negociar as regras, respeitando os acordos realizados, “os pais precisam ser coerentes nos seus discursos” (FERREIRA, 2013, p. 38).

Lerner (1994) diz que hoje há entre os pais conceitos que definem uma concepção de aprendizagem e de ensino que contempla noções como descobrir, investigar, discutir e interpretar, mas, segundo ela, essa concepção coexiste com outra que postula explicar, repetir, memorizar. Envolver os pais nos trabalhos escolares dos filhos é importante para definir parcerias, pois “as ações dos professores, não se fazem solitariamente, mas num processo, no qual o envolvimento da comunidade onde a escola está inserida é fundamental, e os pais são elementos dessa comunidade”. (SMOLE, 2000, p.63).

Essa parceria entre pais e escola também é repetida nas ocasiões em que os pais aceitam ser receptores de informações transmitidas pelos filhos. De acordo com Ferreira (2012, p.43), no processo de sensibilização para as questões ambientais e da necessidade de separação do lixo doméstico para reciclagem, “os filhos são muitas vezes os agentes da mudança dos comportamentos dos pais em casa. As mensagens e comportamentos assimilados na escola são posteriormente transmitidos em casa”.

Recentemente, por meio da Lei nº 12.102, de 27 de julho de 2016, a Prefeitura de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, incluiu a Educação Financeira no currículo do Ensino Fundamental e Médio a partir do ano de 2017. Esse fato é resultado do movimento iniciado em prol desse tema pelas agências nacionais e internacionais já citadas na introdução deste artigo.

Oficialmente, o tema da Educação Financeira aparece apenas como sugestão para o Ensino Médio, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, não sendo referenciado em qualquer outro documento curricular.

A Educação Financeira, entretanto, não depende somente de material pedagógico elaborado por especialistas, ela está também nas práticas diárias. A habilidade de controlar a ansiedade por adquirir um bem é uma prática que deve ser estimulada desde cedo. Determinar prazos, estabelecer condições e limitar as

possibilidades são formas de mostrar à criança o que é planejamento. Esse pode ser o início das práticas conscientes de consumo.

É certo que os valores e os ensinamentos transmitidos pela família são levados para a vida, mas a escola tem a capacidade de, a partir da criança, transformar a realidade de uma família. Tratando, portanto, do tema da Educação Financeira, quando permite à escola promover uma formação pessoal mais sólida e ética e que poderá levar os sujeitos a tomarem decisões acertadas no futuro.

Temos um grande desafio, pois segundo Bauman (2007, p.73), “tão logo aprendem a ler, ou talvez bem antes, a dependência das compras se estabelece nas crianças.” E o autor continua a criticar que “numa sociedade de consumidores, todo mundo precisa ter, deve ser e tem que ser um consumidor por vocação, ou seja, ver e tratar o consumo como vocação”. (BAUMAN, 2007, p.73). Essa sociedade de consumidores, referida acima, não diferencia gêneros, idade ou classes sociais, ou seja, todos são bombardeados pela mídia para atender aos apelos de consumo, inclusive e principalmente, as crianças.

Um dos cuidados que se deve ter é com relação à utilização de mesadas como prática de Educação Financeira. A mesada pode ser sim um instrumento pedagógico, mas não pode estar relacionada com premiação por boas atitudes. Uma postura ética e responsável deve ser entendida como uma obrigação, já que é o certo a se fazer. A mesada representa independência da criança, tendo em vista que fará uso da forma que desejar. Junto com a mesada, deve ser dada à criança ou jovem os valores que o farão se tornar um adulto consciente. Essa pode ser uma das tarefas mais difíceis, pois somos parte de uma cultura em que se é valorizado o “ter” em detrimento do “ser”.

Ferreira (2013) defende a mesada a partir dos 3 anos de idade, mas na forma de semanada, quando a criança receberá um pequeno valor para a compra de figurinhas, doces, já introduzindo a noção de planejamento, ou seja, “a criança irá interiorizar rapidamente que aquele valor é uma receita fixa e ao terminar não irá receber mais nada até a semana seguinte. A Educação Financeira das

crianças poderá acontecer mediante situações do dia-a-dia, sobretudo sabendo que a aprendizagem prática é bastante importante”. (FERREIRA, 2013, p.47).

A cultura consumista no Brasil, de acordo com Silva (2014), encontra-se numa tal proporção que na maioria das vezes não percebemos o quanto vivemos sob a “ditadura do ter”, de acordo com a autora:

[...] a partir do século XVIII, estabelecemos um sistema econômico que passou a priorizar a produção e o lucro em detrimento da ética e dos valores humanos; consumir passou a ser a maneira mais rápida e eficaz de ter, com isso, as pessoas passam a comprar cada vez mais, na tentativa de ter prazer, viram consumidoras compulsivas e perdem o controle financeiro, resultando em endividamentos. (SILVA, 2014, p.20).

A administração dos recursos financeiros não parece ser tarefa fácil, a sensação de felicidade ao adquirir um novo bem colabora para que em momentos de baixa autoestima busque-se o consumo como solução. É fato que não é apenas isso que nos leva a consumir sem necessidade: *status*, capricho, lazer ou recompensa, também podem levar ao desequilíbrio financeiro. As tecnologias avançam a cada minuto, aparelhos digitais são lançados cada vez mais com novos recursos, levando parte da população a trocar seus bens por mais comodismo ou desempenho. “As campanhas publicitárias são calculadas para o crescimento constante das vendas. A curta expectativa de vida de um produto na prática e na utilidade proclamada está incluída na estratégia de marketing e no cálculo de lucros”. (BAUMAN, 2007, p.31). Aos poucos, perde-se a noção do que é fundamental e supérfluo.

Esse consumo desenfreado leva não somente ao desequilíbrio pessoal, como também desestabiliza toda a sociedade, já que os lixos tecnológicos, como celulares, tablets, baterias, aumentam e, esgotam-se cada vez mais rápido as fontes de matéria prima. A preocupação neste caso tem uma perspectiva macro, pois impacta no meio ambiente e na qualidade de vida das próximas gerações. Sobre esse assunto, Silva (2014) afirma que:

Ser um consumidor consciente é o mesmo que ser um cidadão melhor, mudando sua maneira de encarar os desafios atuais relacionados às nossas fontes de água potável e de energia, ao lixo produzido, às embalagens

plásticas que destroem a natureza, à reciclagem, à redução dos níveis de gás carbônico na atmosfera, etc. (SILVA, 2014, p. 36).

Corroborando com Silva (2014), a associação sem fins lucrativos, o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), alerta a sociedade para o fato de que: “ou se alteram os padrões de consumo ou não haverá recursos naturais nem de qualquer outro tipo para garantir o direito das pessoas a uma vida sustentável, bem como não haverá como garantir o direito de acesso universal sequer aos bens comuns” (IDEC apud ARAÚJO, 2009, p. 75).

A capacidade de definir prioridades no consumo, de forma a manter o equilíbrio das finanças, é algo abstrato para as crianças, essa tomada de consciência, portanto, só ocorre quando desde pequenos são incentivados a refletir sobre suas escolhas, definindo prioridades e reais necessidades. Segundo Ferreira (2013), pais ou professores podem despertar a curiosidade e a reflexão das crianças na resolução de um problema que envolva decisões sobre o consumo. A resolução de problema é uma estratégia que permite o envolvimento com definições, levantamento de hipóteses, análises de diferentes resoluções e validação de respostas. Outras possibilidades de abordagem da temática na sala de aula podem servir aos professores da Educação Básica conforme segue o próximo item.

3 Possibilidades na sala de aula

Uma condição para a aprendizagem da matemática indicada por Cobb (1990) é que as interações em sala de aula sejam dirigidas pelo professor. Ponte (2009) examina as crenças matemáticas dos professores e sua influência na prática e recomenda que se observem atentamente a organização do ambiente da sala de aula, o discurso e as interações promovidas. O professor deve, portanto, conduzir as tarefas, com o cuidado de orientar todos os alunos, coletivamente ou individualmente.

Segundo Golbert (2011, p.31), “o que é internalizado pela criança é a sua atividade matemática, enquanto ela se esforça para resolver situações que lhe pareçam importantes e que lhe permitam participar das práticas matemáticas na sala de aula”.

Por não compor o referencial curricular atual, não é fácil encontrar atividades nos livros didáticos que envolvam situações que permeiam a Educação Financeira, salvos alguns problemas que envolvem o troco, valor total de compras ou até compras parceladas, com um viés de cálculo e não como consumo responsável. Talvez este deva ser o maior desafio: incluir nos documentos curriculares para que atividades sejam inseridas nos materiais didáticos.

Cerbasi (2012) discute a questão financeira em diferentes segmentos, tanto adulto quanto infantil, em uma proposta lúdica de Educação Financeira e Sustentabilidade, propõe a apresentação de alguns conceitos e uma sequência de atividades para serem trabalhadas com o público infantil, visando à construção de uma conscientização e responsabilidade no consumo.

Segundo Silva (2014, p.45), “existem coisas que jamais poderão ser compradas, pois dependem da subjetividade e da personalidade de cada um – inteligência, sabedoria, autoestima, talento pessoal, respeito e amor realmente não têm preço”.

Cerbasi (2004) alerta-nos sobre a influência da mídia principalmente em datas festivas em que o consumo torna-se maior, o autor defende que a infância é o estágio ideal para iniciar ensinamentos relacionados ao consumo: “nas idas ao shopping, que presentes são ganhos em datas festivas” ou que “estamos abrindo mão de coisas que gostaríamos de ter agora, para tê-las no próximo ano, sem atrapalhar nossas contas” (CERBASI, 2004, p.89), o autor destaca ainda que o exemplo também ensina quando “não adianta pedir para economizar energia elétrica e deixar as luzes acesas na casa inteira” (CERBASI, 2004, p.91).

Este artigo visa, portanto, a apontar alguns caminhos possíveis para iniciar os passos na formação do consumo consciente. Uma das possibilidades seria a abordagem de situações do dia a dia e de valores. Acreditamos que seja

necessário iniciar com temas mais simples, mais próximos, como, por exemplo, a diferença entre preço e valor. Muitos objetos que temos em casa podem ter um preço muito pequeno, porém, um grande valor afetivo por ter sido presenteado por alguém ou até mesmo estar na família há gerações. Conversar com as crianças que um cartão feito à mão pode agradar tanto quanto um objeto comprado é um dos caminhos. A amizade, por exemplo, é demonstrada por ações e não por presentes.

Um segundo conceito estaria ligado ao exemplo anterior. As crianças costumam relacionar a felicidade à questão financeira afirmando que para ser feliz é preciso ter muito dinheiro. Possibilitar às crianças uma reflexão de que existem muitos sentimentos bons que nos deixam felizes, é muito melhor do que adquirir um novo bem, fará dessa criança um sujeito que valorize a amizade, o “ser” em detrimento do “ter”.

Apesar das culturas familiares serem diferentes numa turma de ensino fundamental, cada família pode passar por momentos em que os valores são postos em discussão, fazendo com que a ética seja um assunto potencialmente apropriado. Ressaltar que as situações pelas quais passamos exigem de nós uma atitude ética, é algo que agrega grande valor nos sujeitos. Devolver o que não é nosso, não prejudicar ninguém para se favorecer, assumir o erro e providenciar reparos são exemplos de comportamento ético.

Tendo trabalhado as questões acima, acreditamos ser possível partir para outras discussões mais diretas ao consumo. Analisar propagandas e comparar preços, observar se o objeto realmente faz jus ao preço cobrado ou se ele é realmente indispensável, decidir quais bens são necessários à vida e quais são supérfluos ou ainda refletir se está realmente na hora de substituir um objeto ou equipamento por um exemplar mais moderno, são exemplos de situações presentes no cotidiano de todos nós e que quando levados a refletir sobre essas questões enquanto crianças, as chances de se tornar um adulto mais responsável no que tange ao consumo podem ser maiores.

Com o objetivo de reafirmar a possibilidade de trabalho com a Educação Financeira nos anos iniciais, apresentamos uma atividade aplicada em uma das pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa e Investigações no Ensino de Matemática e Ciências do Programa de Pós-Graduação no Ensino das Ciências na Universidade UNIGRANRIO que teve como campo empírico, alunos do terceiro ano do ciclo de alfabetização com idades entre 8 e 12 anos, no ano de 2015:

Tema: Coisas que o dinheiro compra e coisas que o dinheiro não compra.

Esta atividade, apesar da simplicidade que possa demonstrar, está diretamente relacionada à formação de valores. A proposta levou as crianças a algumas reflexões, sendo a principal delas o questionamento sobre o que o dinheiro pode comprar e se isso está ligado à felicidade. Em seguida, foi sugerida a construção de cartaz com imagens de revistas e encartes de lojas de departamento, selecionadas pelos alunos e que pudessem ser classificadas em coisas que o dinheiro compra e coisas que o dinheiro não compra.

O resultado dessa atividade foi uma seleção de imagens de eletrodomésticos e gêneros alimentícios classificados como coisas que podem ser compradas com dinheiro. Nas imagens relacionadas a coisas que o dinheiro não compra, os alunos buscaram nas revistas fotos de crianças brincando, casais felizes, famílias passeando e pessoas sorrindo. No relato que eles fizeram acerca das imagens, relacionaram com os sentimentos de amizade, amor e alegria. Ao final, uma proposta para sistematizar os conceitos trabalhados na atividade, foi de refletir se o dinheiro compra tudo, inclusive a felicidade. O objetivo dessa atividade vem corroborar com Bauman (2008), Barber (2009) quando por meio de uma reflexão crítica, as pessoas podem perceber o quanto elas sofrem influências das propagandas e mídias não só sobre valores, mas também quanto às melhores decisões em relação ao consumo.

Todas as questões abordadas até o momento são totalmente possíveis de serem trabalhadas ainda nos anos iniciais do ensino fundamental. Para os anos finais, planejamento, orçamento e parcelamento podem ser apresentados, tanto

quanto o crédito, que na atualidade é oferecido em qualquer esquina, além de outros conceitos de Educação Financeira. O importante é estar atento para a importância dessa temática, bem como da sua aplicabilidade já na infância.

4 Considerações Finais

Este artigo não teve a intenção de ditar formas de se enriquecer, apenas a ousadia de levantar uma reflexão sobre quais sujeitos estamos preparando para a vida. Será que os conteúdos atuais dão conta de formar sujeitos preparados para as armadilhas do mercado? Afinal, as leis dizem-nos que a escola deve preparar para o exercício da cidadania.

Sabe-se também que a família está cada vez mais ausente em casa pela demanda de trabalho, e que as crianças têm como babás, canais de televisão em um mundo consumível incrivelmente cativante, além de persuasivo. Sabe-se também que muitos pais não estão atentos para essa formação e que alguns utilizam agrados e presentes como substituição do tempo que não pode dedicar ao filho.

A escola torna-se então, o principal lugar de orientação para muitos jovens e crianças. Neste sentido, este artigo apresentou uma reflexão sobre como contribuir para o futuro de uma geração que se encontra rodeada de facilidades e deslumbramentos, mas também de inadimplência e endividamento. Espera-se contudo, ter despertado para uma situação que está posta que necessita de mudança. Essa mudança inicia-se numa sala de aula.

Referências

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CERBASI, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004.

____ SOUSA, M. **Descobrimo o valor das coisas**: o guia da educação financeira para pais e professores ensinarem seus filhos brincando. 1 ed. São Paulo: Gente, 2012.

COBB, P. A constructivist perspective on information processing theories of mathematic education. **Internacional Journal of Educational Research**, 14, p.67-92, 1990.

FERREIRA, R. **Educação Financeira das Crianças e Adolescentes**. 1 ed. Lisboa: Escolar, 2013.

GOLBERT, C. S. **Matemática nas séries iniciais**: o sistema decimal de numeração. 3ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

NISKIER, A. **Sustentabilidade e Educação**. 1 ed.. São Paulo: SESI-SP, 2012.

PLANDEC. Disponível em : <http://inclusaofinanceira.bcb.gov.br/parcerianacional>. Acessado em: 19 ago. 2016.

PONTE, J. P. Conditions of progress in mathematics teacher education. **Journal Math Teacher Educantional**, 12, p.311-313, 2009.

SILVA, A. B. B. **Mentes Consumistas**. 1. ed. São Paulo: Globo, 2014.

SMOLE, K. S. **A Matemática na Educação Infantil**: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Porto Alegre: Penso, 2000.